

Agenda Hofgeismar

V. Colóquio Internacional: Povos e comunidades tradicionais

Tradicionalmente outro futuro

Do dia 23 ao dia 26 de junho de 2017, aproximadamente 100 especialistas acadêmicos, ONGs e organizações de cooperação para o desenvolvimento, bem como representantes de povos indígenas e povos e comunidades tradicionais de doze países, discutiram suas perspectivas de futuro em quatro continentes.

O Colóquio decidiu sobre a Agenda Hofgeismar, que formula um entendimento básico, bem como desafios, tarefas e arranjos para cooperações futuras. Colóquios subsequentes deverão rever a aplicação da Agenda Hofgeismar.

Patrimônio da Humanidade

Povos e comunidades tradicionais são os principais garantes da diversidade da terra.

Eles representam mais de 90% da diversidade

- das relações sociais de convivência
- das relações com a natureza
- das línguas
- das etnias
- dos sistemas religiosos e espirituais
- dos conhecimentos da biodiversidade
- da agro-diversidade
- e outras dimensões de diversidade

Povos e comunidades tradicionais são portanto, o patrimônio mais importante da humanidade.

Identidade coletiva e tradição

Todos os povos e comunidades tradicionais possuem suas próprias identidades coletivas. Não é em todo lugar que este fato é reconhecido como uma categoria analítica para a compreensão da sociedade. A tradição não deve ser confundida com folclore ou limitada à história. Pelo contrário, ela é o ponto de partida para projetos emancipatórios do presente e deve se adaptar constantemente às novas condições externas, a fim de garantir a viabilidade futura das comunidades.

Com seus meios de vida e de economia, as comunidades tradicionais apontam para o futuro. A compreensão dos povos e das comunidades tradicionais como, "ainda não" integrados na sociedade moderna ou "ainda" vivendo em harmonia com a natureza, é conseqüentemente errada. Este mito deve ser superado. Todas as comunidades tradicionais devem se conscientizar de sua identidade coletiva.

Território

Para povos e comunidades tradicionais a conexão com o território é constitutiva. Existem muitas relações simbólicas e religiosas para com o território e suas paisagens, águas, florestas e todos os outros recursos naturais. Além disso, a história das comunidades é muitas vezes inscrita ao longo dos séculos na paisagem. O território não pode ser reduzido ao local de produção ou até mesmo tratado como uma mercadoria negociável.

Sujeitos sociais da sustentabilidade

A maioria dos territórios tradicionais é caracterizada por uma elevada biodiversidade e agrodiversidade. As formas de vida e de economia dos povos e das comunidades tradicionais não são somente de cunho social, mas igualmente ecologicamente e economicamente sustentáveis. As comunidades tradicionais podem, portanto, ser descritas como sujeitos sociais da sustentabilidade.

Como tais, elas precisam estar muito mais intimamente envolvidas nos debates internacionais de sustentabilidade, clima e biodiversidade.

Ameaças

Todas as comunidades tradicionais são agudas ou potencialmente ameaçadas.

Conflitos territoriais

Em muitos países do Sul, os conflitos territoriais dominam os debates. O paradigma de desenvolvimento global está acelerando essa tendência. A expansão das monoculturas agrícolas e silvícolas, a extensa gestão de pastagens, mineração, projetos industriais e energéticos são as causas principais. Os conflitos territoriais são pontencializados através da criação de áreas de proteção permanente, as quais são demarcadas dentro de territórios tradicionais. Na Europa, essas formas de supressão – no âmbito da agricultura familiar – ocorrem na mesma intensidade, porém de forma mais sutil.

Direitos civis

Nem todas as pessoas têm os mesmos direitos civis – *de jure ou de facto* – em todos os países. Os povos e as comunidades tradicionais são um desses grupos afetados, que são discriminados e ameaçados dessa maneira.

Estatuto jurídico específico

Para se protegerem contra ameaças de grupos majoritários, os povos e as comunidades tradicionais necessitam de um estatuto jurídico específico. Muitos países não os garantem. Onde os direitos correspondentes existem, há atualmente uma tendência de não expandi-los – como seria necessário – mas sim restringi-los nos respectivos contextos nacionais.

Soberania alimentar

Pelo menos 1,5 bilhão de pessoas, incluindo a maioria dos povos e comunidades tradicionais, produzem seus próprios alimentos em todo o mundo e trocam diretamente sementes. Aproximadamente 65% dos alimentos produzidos são consumidos na mesma eco-região, fora do sistema alimentar mundial. Estas atividades econômicas permanecem, em sua maior parte, invisíveis em estatísticas oficiais. A não-percepção desses sistemas põe em perigo, juntamente com as invasões territoriais e outras, o direito à soberania alimentar, especialmente para os povos e comunidades tradicionais.

Desafios fundamentais

- os direitos humanos universais devem também aplicar-se aos povos e comunidades tradicionais em todos os países;
- o direito ao território tradicional deve ser ancorado a nível internacional e nacional;
- os direitos dos povos e das comunidades tradicionais devem ser consagrados em sistemas jurídicos nacionais e os ataques aos direitos titularizados devem ser prevenidos;
- promover a diversidade de línguas e outras tradições locais;
- sementes não devem ser patenteadas. E as plantas medicinais tradicionais e os métodos de cura devem ser protegidos e promovidos;
- apoio a adaptação das comunidades tradicionais diante das alterações climáticas;
- a representação política das zonas rurais e das comunidades tradicionais devem ser reforçadas;
- a equivalência das condições de vida entre a cidade e o campo deve ser preservada;
- os sujeitos sociais da sustentabilidade devem ser levados em consideração nos debates internacionais sobre a biodiversidade, o clima e a sustentabilidade.

Desafios

- as comunidades tradicionais devem ganhar visibilidade em todos os países;
- as economias tradicionais devem ser adequadamente consideradas;

- os países devem reconhecer os sistemas tradicionais de governança e a sua contribuição para desenvolvimento regional
- é necessário procurar instrumentos para superar conflitos internos e contradições nas comunidades tradicionais;
- deve ser compreendido “se” e “como” as tradições vivas podem neutralizar uma migração de jovens das Comunidades;
- o debate sobre uma prática educativa adequada às comunidades deve ser reforçado;
- o discurso sobre terminologias centrais vinculadas ao conceito de povos e comunidades tradicionais deve ser mantido;
- a cooperação internacional e o estreitamento de laços devem ser reforçados;
- um mapeamento de todos os povos e comunidades tradicionais em todo o mundo deve ser almejado;
- devem ser procurados novos instrumentos de comunicação e de troca (plataformas na Internet, boletins multilingues, comissões permanentes, programas de intercâmbio);
- os projetos no caso das comunidades tradicionais devem ser executados idealmente pelas mesmas. Projetos iniciados por atores externos devem garantir a influência das respectivas comunidades a partir dos primeiros planos.
- as inovações que promovam as práticas econômicas tradicionais precisam ser fortalecidas.

Tarefas

- resistência a ataques aos direitos dos povos e das comunidades tradicionais;
- os participantes deliberam apoio mútuo para afastar as ameaças nacionais;
- os cientistas são incentivados a reconhecer as comunidades tradicionais como uma categoria analítica;
- os trabalhos científicos sobre os povos e as comunidades tradicionais devem ser incentivados;
- as histórias de membros que regressaram para as comunidades devem ser encorajadas ;
- todos os grupos sociais devem estar envolvidos no desenvolvimento da declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses, o conceito de território e as exigências específicas das comunidades tradicionais devem refletir-se na declaração da ONU;
- na Europa, a tarefa é tornar as comunidades tradicionais visíveis com o seu potencial; suas formas tradicionais, tais como seus bens comuns devem ser apoiados;
- no oeste da África, as visões regionais de desenvolvimento precisam inserir significativamente as tradições locais;
- Os grupos no ramo da pastorícia devem estar envolvidos, de uma forma mais intensa, no debate sobre os povos e as comunidades tradicionais.

Acordos

- O próximo Colóquio deverá ser realizado no Brasil;
- a estrutura dos colóquios deve ser continuada com as seguintes dimensões: 1. intercâmbio científico, 2. articulação política e 3. intercâmbio entre povos e comunidades tradicionais;
- a internacionalização do colóquios deve ser promovida;
- é aconselhado o estabelecimento de um Comitê Executivo para os colóquios seguintes;
- visa-se a organização de colóquios nacionais e regionais, paralelos aos colóquios internacionais;
- “KoBra e.V.”, “ Adivasi Koordination in Deutschland e.V.” und “Baobab e.V.” irão aventar acerca de oportunidades de cooperação;
- os resultados do Colóquio serão publicados em forma de livro. A publicação alemã será coordenada pela Universidade de Kassel. Estão sendo cogitadas as possibilidades de publicação em língua portuguesa e inglesa. Parceiros estão sendo procurados, para que essa ideia se concretize;
- os participantes do oeste da África têm interesse em organizar o Colóquio subsequente.